



CAPÍTULO III

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA

Edione Bueno Gomes

Mestranda em Educação Inclusiva – UNESP

<http://lattes.cnpq.br/5039415096096054>

edione.bueno@unesp.br

DOI -

Resumo

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um importante recurso para a efetivação da educação inclusiva nas escolas públicas brasileiras, promovendo acessibilidade, participação e aprendizagem dos estudantes público da Educação Especial. Este capítulo apresenta reflexões sobre os desafios e possibilidades do AEE a partir do relato de experiência de uma professora atuante nas redes municipal e estadual do interior de São Paulo. O estudo evidencia que o professor do AEE exerce papel fundamental na mediação pedagógica, na adaptação curricular e na construção de estratégias inclusivas, contribuindo para a quebra de barreiras que dificultam a aprendizagem. Entretanto, os profissionais enfrentam desafios relacionados à falta de recursos pedagógicos, escassez de tecnologias assistivas, excesso de estudantes atendidos, ausência de formação continuada e dificuldades de articulação com os docentes da sala comum. O relato também destaca a importância da ludicidade e das tecnologias assistivas no desenvolvimento da autonomia, comunicação e socialização dos estudantes, especialmente daqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Além disso, aponta que, apesar dos avanços das políticas públicas inclusivas, ainda existem limitações estruturais e pedagógicas que dificultam a efetivação da inclusão escolar. Conclui-se que o AEE vai além do apoio pedagógico, constituindo-se como espaço de acolhimento, acessibilidade e promoção da autonomia dos estudantes. Dessa forma, torna-se essencial investir na valorização do professor especialista e em políticas públicas voltadas à inclusão escolar de qualidade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Atendimento Educacional Especializado; Escola Pública; Tecnologias Assistivas; Formação Docente.

Introdução

A educação inclusiva no Brasil vem passando por importantes transformações ao longo das últimas décadas, principalmente após a criação de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos dos estudantes público da Educação Especial. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tornou-se um importante recurso para promover acessibilidade, permanência,

participação e aprendizagem dentro das escolas públicas brasileiras. Previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e garantido pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), o AEE busca complementar e suplementar a escolarização dos estudantes, eliminando barreiras que dificultam seu desenvolvimento educacional.

Apesar dos avanços legais e das discussões sobre inclusão escolar, a realidade das escolas públicas ainda apresenta inúmeros desafios relacionados à falta de recursos pedagógicos, ausência de tecnologias assistivas, dificuldades estruturais e carência de formação continuada para os profissionais da educação. Nesse cenário, o professor do Atendimento Educacional Especializado assume papel fundamental na mediação pedagógica, na adaptação curricular e na construção de práticas inclusivas capazes de atender às diferentes necessidades dos estudantes.

As pesquisadoras (Mantoan, 2015; Prieto, 2010; Figueiredo, 2010) defendem que a inclusão escolar deve ultrapassar o simples cumprimento das legislações, promovendo uma educação democrática, acessível e humanizada. Para essas autoras, o trabalho colaborativo entre professores do ensino regular e profissionais do AEE é essencial para garantir uma aprendizagem significativa e a participação efetiva dos estudantes no ambiente escolar.

Dessa forma, este capítulo tem como objetivo discutir o papel do Atendimento Educacional Especializado no contexto da escola pública, refletindo sobre os desafios enfrentados pelos professores especialistas e apresentando possibilidades de construção de práticas inclusivas a partir do relato de experiência de uma professora atuante nas redes municipal e estadual do interior do estado de São Paulo.

Metodologia

Este capítulo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e reflexivo, fundamentada em revisão bibliográfica e relato de experiência profissional no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em escolas públicas. A pesquisa buscou compreender os desafios, as possibilidades e a importância do trabalho desenvolvido pelos professores do AEE na promoção da educação inclusiva.

A construção do texto teve como base documentos legais, políticas públicas e referenciais teóricos relacionados à Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, incluindo a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e estudos de autores que discutem inclusão escolar e Atendimento Educacional Especializado, como Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto e Rita Vieira de Figueiredo.

Além da revisão teórica, o capítulo apresenta o relato de experiência de uma professora atuante no Atendimento Educacional Especializado das redes municipal e estadual do interior do estado de São Paulo. O relato foi utilizado como instrumento de reflexão sobre a realidade vivenciada nas escolas públicas, destacando aspectos relacionados à prática pedagógica, aos desafios enfrentados pelos profissionais, às estratégias inclusivas desenvolvidas e à utilização de recursos de tecnologia assistiva.

A análise das informações foi realizada de forma interpretativa, buscando relacionar as experiências apresentadas pela professora com os referenciais teóricos e as políticas públicas voltadas à educação inclusiva. Dessa forma, a pesquisa procura contribuir para a ampliação das discussões sobre o papel do Atendimento Educacional Especializado e a valorização do professor especialista no contexto da escola pública inclusiva.

Desenvolvimento

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) representa um dos principais instrumentos para a efetivação da educação inclusiva nas escolas públicas brasileiras. Sua função é promover acessibilidade, eliminar barreiras e contribuir para a aprendizagem dos estudantes público da Educação Especial, garantindo condições de participação e permanência no ambiente escolar. Conforme previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o AEE deve complementar e suplementar o ensino regular, oferecendo recursos, estratégias pedagógicas e tecnologias assistivas que favoreçam o desenvolvimento dos estudantes.

Nesse contexto, o professor do Atendimento Educacional Especializado assume papel fundamental dentro da escola pública. Sua atuação vai além do apoio pedagógico individualizado, envolvendo também a adaptação curricular, a orientação aos professores da sala comum, a mediação entre escola e família e a construção de estratégias inclusivas. Segundo Maria Teresa Eglér Mantoan, a inclusão escolar exige mudanças profundas nas práticas pedagógicas e na organização escolar, valorizando as diferenças humanas como parte natural do processo educativo.

A experiência relatada pela professora entrevistada evidencia os desafios presentes no cotidiano do AEE. Atuando há quatro anos nas redes municipal e estadual do interior de São Paulo, a profissional relata que sua motivação para trabalhar com a Educação Especial surgiu a partir dos desafios encontrados na prática escolar e da necessidade de auxiliar estudantes com dificuldades de aprendizagem. Inicialmente formada em Matemática, buscou posteriormente especializações em Educação Especial, Deficiência Intelectual, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Neuroaprendizagem, demonstrando a importância da formação continuada para atuação no AEE.

Entre os principais desafios apontados pela professora estão a falta de materiais pedagógicos adequados, a escassez de recursos de tecnologia assistiva, o elevado número de estudantes atendidos e as dificuldades de articulação com os professores da sala comum. Muitas vezes, os profissionais do AEE precisam confeccionar seus próprios materiais utilizando recursos acessíveis ou de baixo custo, devido à ausência de investimentos suficientes por parte das redes de ensino. Essa realidade evidencia a necessidade de maior valorização e suporte aos profissionais que atuam na Educação Especial.

Outro aspecto relevante refere-se à dificuldade de planejamento colaborativo entre os professores do ensino regular e os professores especialistas. Conforme destaca Rosângela Gavioli Prieto, *a inclusão escolar depende diretamente do trabalho coletivo entre os profissionais da educação. Entretanto, a sobrecarga de trabalho, os horários incompatíveis e as demandas burocráticas frequentemente dificultam essa articulação pedagógica.*

A professora entrevistada também destaca que muitos estudantes chegam ao Ensino Fundamental II e ao Ensino Médio com grandes defasagens de aprendizagem, exigindo dos profissionais do AEE um trabalho intenso de adaptação curricular e retomada de conteúdos básicos. Em muitos casos, os estudantes frequentam as Salas de Recursos Multifuncionais desde os anos iniciais, mas ainda apresentam dificuldades significativas devido à ausência de acompanhamento adequado ao longo da trajetória escolar.

Além disso, a falta de participação de algumas famílias no processo educacional também aparece como um desafio importante. Embora muitas famílias acompanhem o desenvolvimento dos estudantes e busquem apoio terapêutico, outras demonstram pouca participação nas atividades escolares, dificultando o acompanhamento pedagógico e a continuidade das intervenções realizadas no ambiente escolar.

No trabalho desenvolvido no Atendimento Educacional Especializado, a ludicidade possui papel fundamental, especialmente na Educação Infantil. Jogos, brincadeiras, músicas, leituras e atividades lúdicas favorecem o desenvolvimento da comunicação, da socialização e da autonomia das crianças. Segundo a professora entrevistada, o brincar torna a aprendizagem mais significativa e contribui para a quebra de barreiras no processo educativo.

As tecnologias assistivas também desempenham importante função no contexto da inclusão escolar. Recursos como Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), aplicativos de leitura, adaptadores de lápis, materiais visuais e recursos táteis auxiliam diretamente no desenvolvimento e participação dos estudantes. No caso dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista não verbais, a Comunicação Aumentativa e Alternativa representa um importante meio de interação social e comunicação.

De acordo com Rita Vieira de Figueiredo, *o AEE deve ser compreendido como um espaço de construção de acessibilidade e autonomia, promovendo condições para que os estudantes participem efetivamente do ambiente escolar. Dessa forma, o professor especialista atua como mediador do processo inclusivo, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes.*

Apesar dos avanços garantidos pelas políticas públicas inclusivas, a realidade das escolas públicas ainda demonstra limitações estruturais, pedagógicas e sociais que dificultam a efetivação da inclusão escolar. A falta de acessibilidade, os recursos insuficientes, a ausência de formação continuada e o preconceito ainda presente em alguns contextos escolares evidenciam que a educação inclusiva continua sendo um grande desafio para o sistema educacional brasileiro.

Nesse sentido, torna-se fundamental ampliar os investimentos em formação docente, tecnologias assistivas e políticas públicas voltadas à inclusão escolar. A valorização do professor do Atendimento Educacional Especializado e o fortalecimento das práticas colaborativas dentro das escolas são elementos essenciais para garantir uma educação pública inclusiva, democrática e de qualidade para todos os estudantes.

Resultados e discussão

Os resultados apresentados neste capítulo evidenciam que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) possui papel fundamental na promoção da inclusão escolar nas escolas públicas, principalmente no que se refere à acessibilidade pedagógica, à adaptação curricular e ao desenvolvimento da autonomia dos estudantes público da Educação Especial. A análise dos relatos permitiu identificar os principais desafios enfrentados pelos profissionais que atuam no AEE, bem como as estratégias utilizadas para garantir a participação e a aprendizagem dos estudantes.

Entre os principais resultados observados destaca-se a importância da atuação do professor especialista como mediador do processo de inclusão. A entrevistada relata que o trabalho desenvolvido no AEE contribui significativamente para a quebra de barreiras que dificultam a aprendizagem, especialmente por meio da utilização de metodologias diferenciadas, atividades lúdicas e recursos de tecnologia assistiva. Recursos como Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), materiais adaptados, aplicativos de leitura e jogos pedagógicos demonstraram contribuir para o desenvolvimento da comunicação, da socialização e da autonomia dos estudantes.

Outro aspecto relevante refere-se à importância da ludicidade no processo educativo, principalmente na Educação Infantil. Segundo a professora entrevistada, estratégias lúdicas favorecem a participação ativa dos estudantes e tornam a aprendizagem mais significativa. Esses resultados dialogam com as discussões de Maria Teresa Eglér Mantoan, que defende a construção



de práticas pedagógicas inclusivas centradas nas potencialidades dos estudantes e no respeito às diferenças.

No entanto, os resultados também evidenciam importantes limitações enfrentadas pelos profissionais do Atendimento Educacional Especializado. Entre os principais desafios apontados estão a falta de materiais pedagógicos adequados, a escassez de recursos de tecnologia assistiva, o excesso de estudantes atendidos e as dificuldades de articulação entre os professores do AEE e os docentes da sala comum. Em muitos casos, os profissionais precisam confeccionar seus próprios materiais com recursos de baixo custo, demonstrando a ausência de investimentos suficientes por parte das redes de ensino.

Além disso, a pesquisa evidencia que muitos estudantes chegam aos anos finais da Educação Básica com grandes defasagens de aprendizagem, exigindo do professor especialista um trabalho intenso de retomada de conteúdos básicos e adaptação curricular. Essa realidade demonstra que, embora existam políticas públicas voltadas à inclusão escolar, ainda há fragilidades na efetivação dessas propostas no cotidiano das escolas públicas.

Outro ponto discutido refere-se à participação das famílias no processo educacional. Embora algumas famílias acompanhem de forma ativa o desenvolvimento dos estudantes, outras demonstram pouca participação nas atividades escolares, dificultando o acompanhamento pedagógico e a continuidade das intervenções realizadas no ambiente escolar.

As discussões apresentadas neste capítulo reforçam que o Atendimento Educacional Especializado não deve ser compreendido apenas como um espaço de reforço escolar, mas como um serviço essencial para garantir acessibilidade, participação e permanência dos estudantes na escola regular. Conforme destaca Rosângela Gavioli Prieto, a inclusão escolar depende diretamente do trabalho colaborativo entre os profissionais da educação e da reorganização das práticas pedagógicas.

Dessa forma, os resultados demonstram a necessidade de maior valorização dos professores do AEE, ampliação da formação continuada, fortalecimento das políticas públicas inclusivas e investimentos em tecnologias assistivas e acessibilidade escolar. Somente com suporte adequado aos profissionais e às instituições escolares será possível construir uma educação pública verdadeiramente inclusiva, democrática e de qualidade para todos os estudantes.

Considerações finais

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um importante instrumento para a efetivação da educação inclusiva nas escolas públicas brasileiras, promovendo acessibilidade,

participação e aprendizagem dos estudantes público da Educação Especial. Ao longo deste capítulo, foi possível compreender que o trabalho desenvolvido pelos professores do AEE vai muito além do apoio pedagógico, envolvendo acolhimento, mediação, adaptação curricular, construção de estratégias inclusivas e promoção da autonomia dos estudantes.

A partir do relato de experiência apresentado, evidenciou-se que os profissionais do Atendimento Educacional Especializado enfrentam inúmeros desafios em sua prática cotidiana, como a falta de recursos pedagógicos adequados, escassez de tecnologias assistivas, excesso de estudantes atendidos, dificuldades de articulação com os professores da sala comum e ausência de investimentos suficientes em formação continuada. Mesmo diante dessas dificuldades, os professores buscam desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, muitas vezes confeccionando seus próprios materiais e criando estratégias acessíveis para atender às necessidades específicas dos estudantes.

O estudo também demonstrou a importância da ludicidade e das tecnologias assistivas no processo de ensino e aprendizagem, especialmente na Educação Infantil e no atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Recursos como jogos, materiais adaptados e Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) contribuem significativamente para o desenvolvimento da comunicação, da socialização e da autonomia dos estudantes.

Dessa forma, conclui-se que a inclusão escolar somente será efetivada quando houver maior valorização do professor do AEE, fortalecimento das políticas públicas inclusivas, investimentos em acessibilidade e ampliação das oportunidades de formação docente. Além disso, torna-se essencial promover o trabalho colaborativo entre os profissionais da educação, garantindo que a escola pública seja, de fato, um espaço democrático, acessível e humanizado para todos os estudantes.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)**. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 2025. Nova Política Nacional de Educação Especial**



Inclusiva. Brasília: Presidência da República, 2025.

COSTA, Vera Lúcia. **Educação inclusiva e práticas pedagógicas.** São Paulo: Cortez, 2016.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **Inclusão escolar e mediação pedagógica.** Fortaleza: UFC, 2010.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial e inclusão escolar.** São Paulo: Wak Editora, 2021.

GOMES-SILVA, Amanda Santana. **Atendimento Educacional Especializado em escolas de tempo integral.** *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 41, e49296, 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér Mantoan. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.

MOURA, Yara Clécia Pereira. **O serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE): limites e possibilidades da proposta de educação inclusiva em escolas municipais de João Pessoa-PB.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

PRIETO, Rosângela Gavioli Prieto. **Políticas públicas de inclusão escolar.** Campinas: Autores Associados, 2010.

ROSSETTO, Elisângela. **Atendimento Educacional Especializado e práticas inclusivas.** Curitiba: CRV, 2015.

VAZ, Kamille. **O professor de educação especial nas políticas de perspectiva inclusiva no Brasil: concepções em disputa.** Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.